

CORREIO POLÍTICO



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Pacote de gastos pode ser anunciado nesta quinta-feira

O pacote de medidas de corte de gastos obrigatórios será anunciado após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicar as propostas aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco. Caso as conversas ocorram até o início da tarde desta quinta-feira (7), as ações podem ser anunciadas no mesmo dia, disse agora à noite o minis-

tro da Fazenda Fernando Haddad. Segundo o ministro, faltam apenas dois detalhes jurídicos para fechar o pacote, antes de o presidente Lula tomar a decisão definitiva sobre as medidas. O encontro final, que ocorreria nesta quarta (6) à tarde, foi adiado para esta quinta, às 9h30, porque uma reunião para discutir ações de combate às mudanças climáticas atrasou.

PEC

Sem adiantar medidas, Haddad afirmou que o pacote será composto por uma proposta de emenda à Constituição e um projeto de lei complementar. O ministro admitiu que alguns pontos foram retirados porque gerariam economia pequena sobre o Orçamento.

Copom

Haddad não comentou a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que elevou a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 0,5 ponto percentual, para 11,25% ao ano. O ministro disse que esperará a ata para opinar sobre a decisão do Banco Central.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Hugo Motta, líder do Republicanos na Câmara

'Ideologia não deve comprometer relação com os EUA'

O líder do partido Republicanos na Câmara Federal, o deputado Hugo Motta (PB), afirmou, nesta quarta-feira (6), que questões políticas e ideológicas não devem comprometer a relação do Brasil com os Estados Unidos, após a vitória do candidato pelo Republicano, Donald Trump, sob a candidatura do Democrata,

Kamala Harris. "Não acredito que o país comprometa as suas relações com os Estados Unidos, que é um grande parceiro, por uma questão política e ideológica. Sempre defendemos que o interesse do país, o interesse nacional, está acima de qualquer interesse político e partidário", disse Hugo.

'Um ânimo maior'

Candidato do deputado e atual dono da cadeira, Arthur Lira (PP-AL), na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, o parlamentar afirmou ainda que o resultado das eleições causa "um ânimo maior aos movimentos e aos partidos de direita" do país. As informações foram divulgadas pela jornalista Victoria Azevedo, da Folhapress.

"Isso causa um momento de euforia, de levante, digamos assim, para o próximo período eleitoral do país. É natural. Nós gostamos de acompanhar futebol, de acompanhar diversos tipos de disputas. Essa é mais uma disputa que o Brasil acompanha atentamente pela impor-

tância que ela tem", disse o deputado Hugo Motta. Questionado se isso poderá ter impactos na tramitação do projeto de lei que dá anistia aos condenados dos ataques golpistas do 8 de janeiro na Câmara Federal, o parlamentar afirmou que isso será discutido no âmbito da comissão especial criada pelo atual presidente da Casa, Arthur Lira. "A condução da comissão deve começar nos próximos dias. A comissão vai trabalhar, na minha avaliação, com muita serenidade e fazendo o trabalho que tem que ser feito para debater um tema tão importante como esse", concluiu Motta.

Vitória de Trump contribui para Bolsonaro em 2026

Expectativa é que volta de Trump pressionará PL da anistia

Por Gabriela Gallo

A vitória de Donald Trump (partido Republicanos) na corrida presidencial dos Estados Unidos para 2025 foi vista como uma vitória para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados. Após o resultado das eleições norte-americanas, diversos parlamentares da ala bolsonarista comemoraram o resultado, levantando a possibilidade da retirada da inelegibilidade de Jair Bolsonaro para que ele concorra às eleições presidenciais brasileiras em 2026.

"Esta vitória encontrará eco em todos os cantos do mundo, impulsionando não apenas os Estados Unidos, mas também o fortalecimento da direita e dos conservadores em muitos outros países. Que a vitória de Trump inspire o Brasil a seguir o mesmo caminho. Que nossos compatriotas vejam neste exemplo a força para jamais se dobrarem, para erguerem-se com honra, seguindo o exemplo daqueles que nunca se deixam vencer pelas adversidades", declarou Bolsonaro em suas redes sociais.

Na última semana, em entrevista a revista Veja, o presidente afirmou que disputará as eleições de 2026.

Em entrevista ao Canal UOL, nesta quarta-feira (6), o presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, disse que a vitória de Trump trará benefícios políticos a Jair Bolsonaro. Porém, a eleição norte-americana não significa benefícios jurídicos ao ex-presidente brasileiro. "Eu não acredito que o Supremo [Tribunal Federal] altere o procedimento jurídico. Não acredito nisso", disse.

Questionado, Costa Neto – que trabalha nos bastidores para conceder anistia ao ex-presidente, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) torna-lo inelegível por



Vitória de Trump pode projetar Bolsonaro para concorrer em 2026

oito anos, por acusações de abuso de poder político – afirmou que Bolsonaro deve ser anistiado de sua condenação antes de 2030. "Os políticos nossos, quase todos os antigos tiveram anistia. As condenações devem sair antes, na minha opinião, porque já ouviram todo mundo, estão bem adiantados, mas essas providências para nós trabalharmos numa anistia, vai ser em meados do ano que vem", declarou.

"Se [Bolsonaro] for preso, ele elege um poste de dentro da cadeia. Eles não vão fazer isso com ele", completou o presidente do PL.

PL da Anistia

Uma alternativa para liberar o ex-chefe do Executivo para tentar voltar à presidência é o projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (PL 2858/2022). O texto, relatado pelo deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), concede anistia a todos que apoiaram os atos "por quaisquer meios, in-

clusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas". Isso vale para o ex-presidente e seus aliados, já que eles são investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por terem apoiado manifestações que terminaram na depredação de patrimônio.

Porém, o futuro do projeto que concede anistias aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 ainda é incerto. Primeiro, o projeto foi pautado e discutido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e iria ser votado pelos membros da comissão no dia 29 de outubro. Entretanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criou uma comissão especial para tratar do tema.

Com isso, o texto voltou a estaca zero, já que o relatório do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) será novamente discutido entre os parlamentares da comissão, que ainda serão definidos. A medi-

da de Lira buscou um apoio do PT e partidos de esquerda para apoiarem seu candidato à presidência da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). A medida deu certo e Motta atualmente conta com o apoio da federação PT-PedoB-PV.

Contudo, pressionado pelos parlamentares da ala bolsonarista e demais deputados favoráveis ao PL da Anistia, Lira disse na última semana que o tópico será resolvido ainda durante seu mandato, que termina em fevereiro de 2025.

Em entrevista ao programa Entrelinhas, do veículo Gazeta do Povo, a presidente da CCJ, deputada Caroline De Toni (PL-SC), disse que a vitória de Donald Trump pode contribuir para o projeto ser aprovado no Congresso, já que a gestão do futuro novo presidente estadunidense pode pressionar o Brasil em temas de liberdade e fortalecer a posição de conservadores. "Estamos otimistas com a vitória de Trump", afirmou De Toni.

PT e PL estarão juntos em 52 prefeituras brasileiras

Divulgação



Leo Cunha, de Estreito (MA), é do PL e tem uma vice do PT

À margem da polarização nacional que se consolidou nas duas últimas eleições presidenciais, 52 dos 5.559 prefeitos que tomarão posse em janeiro levarão para suas gestões a marca do improvável. Eles saíram vitoriosos das urnas ancorados por coligações que incluem tanto o PT do presidente Lula quanto o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O cenário é ainda mais insólito em nove cidades. Em uma delas, um prefeito do PT se sagrou vencedor nas urnas com o apoio do PL. Nas outras oito, candidatos do PL se elegeram com o apoio oficial dos petistas.

"Tenho o meu posicionamento político, mas sou flexível. Não trago o conflito nacional para o meu município", resume Leo Cunha, 61, prefeito reeleito de Estreito, cidade de 33 mil habitantes do interior do Maranhão.

Ele será único prefeito do Brasil eleito pelo PL que terá uma vice-prefeita filiada ao PT, a Professora Irenilde, 54.

Leo Cunha é empresário, agropecuarista e foi deputado estadual pelo Maranhão de 2011 a 2019. No ano seguinte, disputou a Prefeitura de Estreito pelo PL, que na época ainda não era o partido de Bolsonaro, com o apoio dos petistas.

Nas eleições de 2022, promoveu um arranjo heterodoxo

ao apoiar Bolsonaro para presidente, Carlos Brandão (PSB) para governador e Flávio Dino, hoje ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), para o Senado, também pelo PSB.

Quando as eleições deste ano se aproximaram, Leo Cunha procurou o comando estadual do partido e foi autorizado a manter as alianças com os partidos de esquerda.

"O PT sempre fez parte do meu governo e seguimos unidos em 2024. Por isso não houve estranhamento. Aqui, não é partido que faz o voto, o que faz o voto são as pessoas", afir-

ma o prefeito reeleito.

Não foi um caso isolado no Maranhão: o estado teve um total de 13 candidatos que foram eleitos apoiados por petistas e bolsonaristas, recorde no país. Dentre eles está Thâmara Castro (PT), prefeita eleita com o PL em sua coligação na cidade de Brejo (a 321 km de São Luís).

Os dois partidos também estiveram juntos na campanha vitoriosa de Dr. Julinho (Podemos) para a Prefeitura de São José de Ribamar, terceira maior cidade do Maranhão com 244 mil habitantes.

O estado protagonizou

ainda a única chapa que uniu PT e PL em uma capital, capitaneada pelo deputado federal Duarte Júnior (PSB) em São Luís. Mesmo com amplo arco de alianças, ele acabou sendo derrotado ainda no primeiro turno para o prefeito Eduardo Braide (PSD), reeleito na capital maranhense.

Diante do arranjo político, Bolsonaro e seus filhos anunciaram apoio ao deputado estadual Yglésio Moyses (PRTB), que terminou apenas em terceiro lugar.

O principal arquiteto das alianças é o presidente estadual do PL, o deputado federal Josimar Maranhãozinho. Ele é filiado ao partido desde antes da chegada de Bolsonaro e conseguiu ter autonomia para firmar as parcerias que fossem convenientes ao seu projeto político.

Na eleição deste ano, o PL conquistou 40 prefeituras no Maranhão, sendo o partido que mais venceu no estado. O resultado representa quase metade dos prefeitos eleitos pelo partido em todo o Nordeste.

O perfil ideológico dos eleitos, contudo, é pragmático. A maioria não tratou em suas campanhas de pautas de costumes ou outros temas que são prioridade entre os bolsonaristas mais radicais.

Por João Pedro Pitombo, Italo Nogueira e Daniel Mariani (Folhapress)